



A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS QUE VIVEM EM VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI

Davi Cerqueira da Silva ¹

INTRODUÇÃO

Haja vista a globalização e a imersão ao mundo acadêmico estudantil, que construiu todo desenvolver social no que se inclina aos meios de trabalho/economia do mundo, que tem um suporte inclusivo e determinista para os cidadãos adultos brasileiros, tendo em vista o processo da nova configuração de exercício, com limitações e determinações sobre o ponto de vista condicional no qual o ensino básico se torna um requisito, por exemplo.

Nesse sentido, a educação para jovens e adultos foi um marco presente na construção de desenvolvimento do país, tornando-se um divisor de águas para a caminhada processual do território nacional, havendo configurações de progressão no socioespaço que contribuem com as ideias de funcionamento do país. Logo, a partir da inserção desta modalidade, um suporte começou a apoiar o outro, seja do Estado para a escola, ou vice-versa. Essas contribuições aumentaram a postulação do trabalho, religião e até mesmo das decisões importantes que cada brasileiro carrega em si, como o voto à presidência da república.

Ao passo que todo o supracitado foi discutido, a globalização unida ao capitalismo, evidenciou ainda mais a desigualdade social reverberada na sociedade. A partir disso, adultos e jovens entram no quadro de situação marginalizada, quando em suas comunidades não há espaço nem oportunidade para a vivência no EJA, seja por falta de estrutura, seja por falta de vagas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.304, de 1996, no artigo 37, evidencia preocupação em garantir a continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade na idade própria. O parecer CEB/2000, regulamentou “As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos” (CEB nº 11/2000, aprovado em 10 de maio de 2000.), preconiza que a EJA então não possui mais a função de suprir somente a escolaridade perdida, mas sim a função reparadora, qualificadora e equalizadora, e é garantida dessa forma na legislação. A EJA– educação de jovens e adultos

¹ Graduando do Curso de **Geografia** da Universidade Federal - RN, davicerqueira583@gmail.com



apresenta muitos desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema de exclusão social.

A partir disto, o objetivo geral da categoria refletiu positivamente no quadro de ações práticas do país, pois com mais brasileiros saindo do mapa de analfabetismo do Brasil, mais visibilidade positiva há para o território verde e amarelo. O homem como agente social e a escola como alvo precursor de inclusão e preparação para a convivência cotidiana, são fatores que, unidos, podem dar certo.

Ademais, a pesquisa vem apresentar os fatores que incubem a importância social do EJA ser ativo na condição do Estado brasileiro, atualmente, que para isso também inclui os residentes em situação de vulnerabilidade social, seja extrema ou não. A partir das políticas públicas presentes nos setores educacionais, construindo um melhor desempenho no quadro do EJA, a prática para as pessoas marginalizadas será algo presente, objetivando essa cobrança e posicionamento, a pesquisa vem com esse propósito expositor de apresentar as condições marginalizadas de pessoas adultas que entram na escola e precisam de uma seguridade prática instituída por lei.

Não é possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos direitos à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, a liberdade de ser. (FREIRE, 2002, p.193)

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia para esta pesquisa é de caráter bibliográfico, qualitativo e documental, tendo como base a busca pela reflexão no processo de inserção das práticas de políticas públicas no país que ofertam a modalidade EJA dentro das escolas, do processo de visibilidade a este quadro de alunos e das oportunidades através da prática de direitos públicos, sendo o futuro de estudantes que serão atendidos pelo suporte educacional, para que o reconhecimento não seja apenas teórico, mas sim prático e efetuado de forma eficiente à população em geral.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de educação (CNE) – que estabelece As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, a oferta dessa modalidade de ensino deve considerar:



...as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (art. 5º)

Apesar do progresso no processo de desenvolvimento social do país, a desigualdade social evidente no território nacional ainda é um presente fator excludente de oportunidades, seja de emprego ou educação, a propagação de adultos que ainda vivem em situação de vulnerabilidade social é muito grande, sendo algo a se pensar no que se inclina ao trabalho governamental.

O conceito de educação de jovens e adultos vai se movendo em direção ao de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer exigência à sensibilidade e a competência científica dos educadores e educadoras. Uma dessas exigências tem a ver com a compreensão crítica dos educadores de que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular (GADOTTI, 2003).

A preparação para isso é um concedente que deve ser iniciada desde as iniciações ao mercado de trabalho da licenciatura, que neste caso, é a faculdade dos cursos de graduação na modalidade de licenciatura. Com isso, iniciando a lógica de propagação da ativação de direitos práticos desde a universidade, os cidadãos se inclinam para o progresso de completa democratização do ensino básico, desde a infância, até a vida adulta, quando os cidadão já em exercício social de agente brasileiro, se inserem, mesmo que de forma tardia, no mundo institucional de educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a LDB 9394/96 (art. 32), as exigências de um ensino da EJA – educação de jovens e adultos, o ensino fundamental deverá ter por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

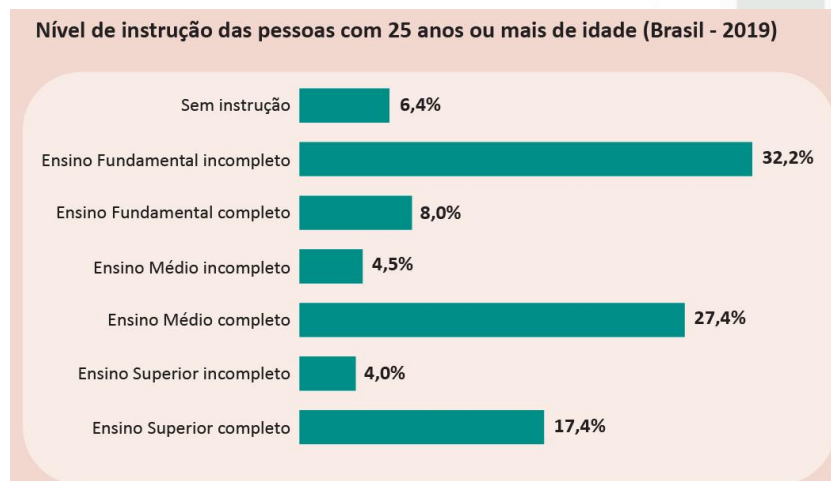
- I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O ensino médio, conforme a LDB, tem como finalidades:

- I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; BRASIL, 1996,pg 23)

O parecer constitucional é bem explícito e objetivo ao afirmar as políticas públicas que gerem o setor educacional de oferta para jovens e adultos. Apesar disto, a linha de raciocínio é quebrada quando a prática fundamentalista não evidencia nem permite que o cidadão marginalizado esteja presente para cumprir o feito. Isso acontece, pois o próprio estado fecha seus olhos para que a realidade mudando, a partir do momento que incentivos monetários não são enviados para os municípios que possuem bairros periféricos, por exemplo, a convivência do Estado é vista.

Já às vésperas da revolução de 1964, o método Paulo Freire já vinha sendo praticado por grande parte dos movimentos de educação popular então realizados no País e surgia como um dos principais objetos das críticas dos defensores da 'ordem' social então ameaçada'. (FREIREp. 231-232)



Fonte e Imagem: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua.

O quadro que retrata a infelicidade no ambiente brasileiro, é uma realidade prática e representativa dos adultos no território, que mesmo com as ações do Estado para minimizar o quadro, as efetividades de forma completa não são vistas, condicionando o resultado de



marginalização e evasão escolar. Partindo deste fragmento, é pedido a reflexão no processo, o pensar crítico que inicia sua inclusão desde os métodos de Paulo Freire, no interior do estado do RN (Rio Grande do Norte), poderia ser usado como espelho para continuar o progresso social de inclusão destas pessoas.

É no sentido de observação que pode ser identificado o presente exposto, de que os números podem refletir um verso condicionante de proporção das pessoas que se inserem no dado por viverem em situação de vulnerabilidade social, o próprio IBGE afirma que as condições em que, em virtude dos acontecimentos atuais que assumem o malefício de prejudicação na economia, os brasileiros vivem, atualmente, em uma situação trágica e de ausência da perspectiva. A partir do parecer deste exposto, é necessário uma intervenção das práticas de políticas públicas.

O que há de se pensar diante dos resultados como o desta pesquisa feita pelo IBGE, é na necessidade urgente de intervenção às melhorias. A globalização e seus benefícios do giro de informações, não pode ser algo perdido, na rica nação brasileira. É concomitante pensar no bem que a educação para jovens e adultos traz, visto que esse processo iniciou há muito tempo, mesmo com a desvalorização presente.

Na década de 1960 Paulo Freire coordenou os projetos de alfabetização de jovens e adultos. Foi no Rio grande do Norte que ele em 45 dias alfabetizou 300 trabalhadores, em seu método Freire recomenda que não basta ler e escrever mas dar continuidade aos estudos, havendo interação entre educador e educando, tomando como base o contexto social e cultural do aluno, sua realidade de vida, o ato educativo não pode ser um ato passivo, o que era definido por Freire como “educação bancária”, onde o aluno somente recebe .

Paulo Freire defendia a tese de que, o importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutem o seu pensar, sua própria visão de mundo, manifestada implicitamente ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros. (FREIRE, 1987, p. 120). Contrariava assim o método de ensino tradicional, onde o professor é o “dono do saber”, autoritário.

A metodologia de Paulo Freire é baseada na relação mútua, na troca de experiências, nesse processo, não só o aluno aprende, mas o professor também aprende com o seu aluno, o homem tem necessidade de se relacionar, o que permite com que o mesmo reconheça sua importância no mundo. Paulo Freire ofereceu a possibilidade de alfabetizar com aquilo que nos rodeia, a escola precisa ensinar o aluno a “ler o mundo”.



É nesse processo dialogado que o trabalho institucional e efetivo na vida de jovens e adultos pode ser algo presente na sociedade brasileira atual. A partir da construção de ações permanentes que venham com a intenção de mudança no quadro educacional da modalidade de ensino básico que concerne no desenvolvimento de pessoas com idades avançadas, a situação de vulnerabilidade social pode diminuir e gerar um quadro, até mesmo, de melhor em outros âmbitos da sociedade, como a economia, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, fica exposto as condições de ações educacionais que permeiam o processo íntegro de pessoas em situação de marginalidade e que estão inseridas no quadro de pertencentes ao EJA, é válido ressaltar aqui, até, como é propenso citar pessoas localizadas em comunidades, negras e desempregadas, mas a extensão do leque de evasão escolar, acaba se abrindo para os amplos casos generalizados de cidadãos que se incluem no quadro. A partir disto, cabe a reflexão de apoio ao movimento de cobrança de parecer estatal que inclua financeiramente as escolas sucateadas que ofertam o ensino para jovens e adultos.

Palavras-chave: EJA, escola, adultos, Brasil, políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Resolução CNE/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 e 42 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18/abr./1997

BRASIL. Ministério da Educação. Legislação do Ensino Supletivo. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

FREIRE, Ana Maria Araújo. A voz da esposa: A trajetória de Paulo Freire. In _____ . Pedagogia do oprimido. 17. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987

_____. A importância do ato de ler. em três artigos que se complementam. 27. Ed. São Paulo.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 5692 de 11.08.71, capítulo IV, Mec, Brasília, 1974. Disponível em: < <http://www.mec.gov.br> > Acesso em: 08.06.2022